

No. 47293

**Brazil
and
Peru**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Peru on facilities for the entry to and transit through their territories of their nationals. Lima, 10 February 2004

Entry into force: *15 September 2005 by notification, in accordance with article 14*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 23 March 2010*

**Brésil
et
Pérou**

Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Pérou relatif aux installations pour l'entrée et le transit de leurs ressortissants à travers leurs territoires respectifs. Lima, 10 février 2004

Entrée en vigueur : *15 septembre 2005 par notification, conformément à l'article 14*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 23 mars 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU SOBRE FACILITAÇÃO PARA O
INGRESSO E TRÂNSITO DE SEUS NACIONAIS EM SEUS TERRITÓRIOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru
(doravante denominados “as Partes”),

Animados pelo propósito de estreitar ainda mais os tradicionais vínculos de amizade que unem seus povos;

Ressaltando a importância do turismo como fator de incentivo econômico e da criação de empregos;

Conscientes da necessidade de acordar um regime simplificado que estimule e facilite o trânsito de pessoas, com fins de turismo ou de negócios, entre os territórios de ambos os países, podendo para isso seus nacionais viajar certificando sua identidade e nacionalidade com seu respectivo Documento Nacional de Identidade; e

Tomando em consideração a Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Peru, subscrita durante a visita de Estado realizada pelo Presidente da República Federativa do Brasil ao Peru entre os dias 24 e 25 de agosto de 2003,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

O trânsito de nacionais de ambas as Partes, que viajem entre seus territórios com fins de turismo ou de negócios, reger-se-á pelas normas que se estipulam no presente Acordo.

ARTIGO 2

Os nacionais de cada uma das Partes poderão ingressar, transitar e sair do território da outra Parte mediante a apresentação de seu documento nacional de identificação vigente e o cartão imigratório correspondente, sem necessidade de Visto.

1. Entretanto, deverão cumprir com as normas sanitárias internas de cada Estado.
2. As facilidades outorgadas mediante o presente Acordo não implicam desconhecer nem impedir o uso do passaporte como documento de viagem internacional quando assim desejem seus titulares, ou quando se encontrem em trânsito para um terceiro país.
3. Os nacionais de cada uma das Partes poderão permanecer no território da outra Parte para realizar atividades de turismo ou de negócios, por um período de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais outros 90 (noventa) dias no período de um ano.

ARTIGO 3

Os documentos nacionais de identificação a que se refere o Artigo anterior serão

1. Para a República Federativa do Brasil:

- Cédula de Identidade expedida por cada Estado da Federação com validade nacional.

Para a República do Peru:

- Documento Nacional de Identidade (DNI) vigente.

2. As Partes se comprometem a intercambiar espécimes dos documentos acima indicados no momento de subscrever o presente Acordo, assim como a manter-se mutuamente informadas a respeito de qualquer modificação com relação aos referidos documentos, num prazo de não mais de 30 (trinta) dias calendário, contados a partir da entrada em vigência da norma interna que estabeleça tal modificação.

ARTIGO 4

O documento nacional de identificação com o qual se tenha realizado o ingresso será reconhecido pelas autoridades de cada uma das Partes para todos os efeitos migratórios, civis e administrativos.

ARTIGO 5

Os nacionais mencionados no Artigo 2 do presente Acordo poderão ingressar e sair do território do outro Estado por qualquer dos pontos de fronteira abertos ao trânsito internacional de passageiros, excluindo-se o trânsito para terceiros países, o qual deverá efetuar-se respeitando as normas internacionais vigentes. Conforme o exposto, entende-se que as facilidades que se outorgam mediante o presente Acordo serão exercidas única e exclusivamente para viagens dentro do território nacional das Partes.

ARTIGO 6

A facilidade introduzida pelo presente Acordo não exime os nacionais de ambas as Partes de cumprir com as leis e regulamentos relativos ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros do território do Estado receptor, particularmente no que se refere ao trânsito de menores de idade.

ARTIGO 7

O presente Acordo não autoriza aos nacionais de uma Parte exercer alguma atividade, profissão ou ocupação que tenha caráter remunerado ou fins de lucro, fixar residência no território da outra Parte nem trocar de status migratório dentro do território da outra Parte.

ARTIGO 8

As autoridades migratórias de ambas as Partes, no momento de realizar o controle migratório de ingresso, procederão a qualificar o status migratório com o qual o nacional da outra Parte ingressará, com o fito de admitir seu ingresso com fins de turismo ou de negócios.

ARTIGO 9

A bagagem que portem consigo as pessoas que transitem ao amparo deste Acordo, relativamente à quantidade e detalhamento dos artigos que a constituam, sujeitar-se-á às disposições legais que regem em cada Parte.

ARTIGO 10

As autoridades competentes de cada Parte se reservam o direito de denegar o ingresso, assim como devolver a seu país de origem aquelas pessoas que

não cumpram os requisitos de lei, ou que estejam impedidos de sair do território nacional de cada Parte, conforme suas disposições legais vigentes.

ARTIGO 11

As autoridades competentes de ambas as Partes informar-se-ão, reciprocamente, com brevidade, por via diplomática, sobre qualquer alteração nas respectivas leis e regulamentos sobre o regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros dos territórios de seus respectivos Estados.

ARTIGO 12

As autoridades competentes de ambas as Partes reunir-se-ão sob solicitação de qualquer delas com a finalidade de avaliar a execução do presente Acordo, assim como para propor modificações que sejam requeridas para sua aplicação.

ARTIGO 13

Cada uma das Partes poderá suspender, total ou parcialmente, a aplicação do presente Acordo por motivos de segurança nacional, ordem ou saúde públicas. A adoção dessa medida deverá ser notificada à outra Parte, por via diplomática, com a brevidade possível.

ARTIGO 14

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias contados a partir da data em que as Partes se informem reciprocamente sobre o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a entrada em vigor do presente Acordo.

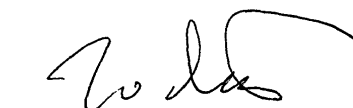
1. O presente Acordo vigorará por prazo indefinido e poderá ser emendado mediante entendimento mútuo entre as Partes. As emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo anterior.
2. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo, por via diplomática. Para este caso, os efeitos do Acordo cessarão 90 (noventa) dias depois de recebida a Nota de denúncia.

Feito na Cidade de Lima, aos 10 dias de fevereiro de 2004, em dois exemplares nos idiomas português e castelhano, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO PERU

MANUEL RODRIGUEZ CUADROS
MINISTRO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO PERU

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y
EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA DEL PERU SOBRE FACILIDADES PARA EL
INGRESO Y TRANSITO DE SUS NACIONALES EN SUS TERRITORIOS

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República del Perú
(en adelante denominados “las Partes”),

Animados por el propósito de estrechar aún más los tradicionales vínculos de amistad que unen a sus pueblos;

Resaltando la importancia del turismo como factor de fomento económico y de la creación de empleo;

Conscientes de la necesidad de acordar un régimen simplificado que estimule y facilite el tránsito de personas, con fines de turismo o de negocios entre los territorios de ambos países, pudiendo para ello sus nacionales viajar acreditando su identidad y nacionalidad con su respectivo Documento Nacional de Identificación;

Tomando en consideración la Declaración Conjunta de los Presidentes de la República Federativa de Brasil y de la República del Perú, suscrita durante la visita de Estado realizada por el Presidente de la República Federativa de Brasil al Perú, entre el 24 y 25 de agosto del 2003;

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO 1

El tránsito de los nacionales de ambas Partes, que viajen entre sus territorios con fines de turismo y de negocios, se regirá por las normas que se estipulan en el presente Acuerdo.

ARTÍCULO 2

Los nacionales de cada una de las Partes podrán ingresar, transitar y salir del territorio de la otra Parte, mediante la presentación de su documento nacional de identificación vigente y la Tarjeta Migratoria correspondiente, sin necesidad de visa.

1. Asimismo deberán cumplir con las normas sanitarias internas de cada Estado.
2. Las facilidades otorgadas mediante el presente Acuerdo no implican desconocer ni impedir el uso del pasaporte como un documento de viaje internacional cuando así lo deseen sus titulares o cuando se encuentren en tránsito hacia un tercer país.
3. Los nacionales de cada una de las Partes podrán permanecer en el territorio de la otra Parte, para realizar actividades de turismo o de negocios, por un periodo de hasta noventa (90) días prorrogables por otros noventa (90) días más en un periodo de un año.

ARTÍCULO 3

Los documentos nacionales de identificación a que se refiere el Artículo anterior, serán:

1. Para la República Federativa de Brasil:

- Cédula de Identidad expedida por cada Estado de la Federación con validez nacional.

Para la República del Perú:

- Documento Nacional de Identidad (DNI) vigente.

2. Las Partes se comprometen a intercambiar especímenes de los documentos arriba señalados al momento de suscribir el presente Acuerdo, así como a mantenerse mutuamente informadas respecto a cualquier modificación en relación con los referidos documentos, en un plazo no mayor de treinta (30) días calendarios, contados a partir de la entrada en vigencia de la norma interna que establezca tal modificación.

ARTÍCULO 4

El documento nacional de identificación con el cual se realizó el ingreso, será reconocido por las autoridades de cada una de las Partes, para todos los efectos migratorios, civiles y administrativos.

ARTÍCULO 5

Los nacionales mencionados en el Artículo 2 del presente Acuerdo podrán ingresar y salir del territorio del otro Estado por cualquiera de los puntos de frontera abiertos al tránsito internacional de pasajeros, excluyéndose el tránsito hacia terceros países el cual deberá efectuarse respetando las normas internacionales vigentes. Conforme a lo expuesto, se entiende que las facilidades que se otorgan mediante el presente Acuerdo serán ejercidas única y exclusivamente para viajes dentro del territorio nacional de las Partes.

ARTÍCULO 6

La facilidad introducida en el presente Acuerdo no exime a los nacionales de ambas Partes de cumplir con las leyes y reglamentos sobre el ingreso, permanencia y salida de los extranjeros al territorio del Estado receptor, particularmente en lo que se refiere al tránsito de menores de edad.

ARTÍCULO 7

El presente Acuerdo no autoriza al nacional de una Parte a ejercer ninguna actividad, profesión u ocupación que tenga carácter remunerativo o fines de lucro, fijar residencia en el territorio de la otra Parte o cambiar la calidad migratoria dentro del territorio de la otra Parte.

ARTÍCULO 8

Las autoridades migratorias de ambas Partes, al momento de realizar el control migratorio de ingreso, procederán a calificar la calidad migratoria con la que ingresará el nacional de la otra Parte, a efectos de admitir su ingreso con fines de turismo o de negocios

ARTÍCULO 9

El equipaje que porten consigo las personas que transiten al amparo de este Acuerdo, en cuanto a la cantidad y detalle de los artículos que lo constituyan, se sujetará a las disposiciones legales que rigen en cada Parte.

ARTÍCULO 10

Las autoridades competentes de cada Parte se reservan el derecho de denegar el ingreso, así como de devolver a su país de origen, a aquellas personas que

no cumplan con los requisitos de ley, o que estén impedidos de salir del territorio nacional de cada Parte, conforme a sus disposiciones legales vigentes.

ARTÍCULO 11

Las autoridades competentes de ambas Partes se informarán mutuamente, por la vía diplomática, a la brevedad, sobre cualquier cambio en las respectivas leyes y reglamentos sobre el régimen de entrada, permanencia y salida de extranjeros de los territorios de sus respectivos Estados.

ARTÍCULO 12

Las autoridades competentes de ambas Partes se reunirán a solicitud de cualquiera de Ellas con el fin de evaluar la ejecución del presente Acuerdo, así como para proponer modificaciones que fueran requeridas para su aplicación.

ARTÍCULO 13

Cada una de las Partes podrá suspender, total o parcialmente, la aplicación del presente Acuerdo por motivos de seguridad nacional, orden o salud pública. La adopción de esa medida deberá ser notificada a la otra Parte, por la vía diplomática, a la brevedad posible.

ARTICULO 14

El presente Acuerdo entrará en vigencia treinta (30) días contados a partir de la fecha en que las Partes se informen mutuamente sobre el cumplimiento de los requisitos legales internos necesarios para la entrada en vigencia del presente Acuerdo.

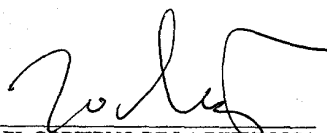
1. El presente Acuerdo regirá por un plazo indefinido y podrá ser enmendado mediante entendimiento mutuo entre las Partes. Las enmiendas entrarán en vigencia en los términos del párrafo anterior.

2. Cualquiera de las Partes podrá denunciar el presente Acuerdo, por la vía diplomática. Para este caso, los efectos del Acuerdo cesarán noventa (90) días después de recibida la Nota de denuncia.

Suscrito en la Ciudad de Lima, a los 10 días del mes de febrero del año dos mil cuatro, en dos ejemplares en idiomas portugués y castellano, siendo ambos textos igualmente auténticos.



POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL



POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
DE PERU

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC
OF PERU ON FACILITIES FOR THE ENTRY TO AND TRANSIT
THROUGH THEIR TERRITORIES OF THEIR NATIONALS

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Republic of Peru (hereinafter referred to as “the Parties”),

Prompted by the desire to strengthen the traditional bonds of friendship between their peoples,

Stressing the importance of tourism as a factor of economic advancement and job creation,

Aware of the need to agree on a simplified regime to stimulate and facilitate transit of people for tourism or business through the territories of both countries, with their nationals being able when travelling to prove their identity with their respective national identity document,

Taking into consideration the Joint Declaration of the Presidents of the Federal Republic of Brazil and the Republic of Peru, signed during the state visit by the President of the Federative Republic of Brazil to Peru on 24 and 25 August 2003,

Agree as follows:

Article 1

The transit of nationals of both Parties travelling between their territories for purposes of tourism and business shall be governed by the rules laid down in this Agreement.

Article 2

Nationals of each Party may enter, transit through and exit from the territory of the other Party by presenting their national identity document and the corresponding migration card (Tarjeta Migratoria) without need of a visa.

1. They must likewise comply with the domestic health rules of each State.
2. The facilities granted through this Agreement do not imply disregarding or preventing the use of the passport as an international travel document when its holders so desire or when they are in transit to a third country.
3. The nationals of each Party may remain in the territory of the other Party to engage in tourism or business activities for up to ninety (90) days, renewable for a further ninety (90) days within a period of one year.

Article 3

The national identity documents referred to in the foregoing article shall be:

1. For the Federative Republic of Brazil:

- Identity Card issued by each State of the Federation with national validity;

For the Republic of Peru:

- Valid National Identity Document (DNI).

2. The Parties undertake to exchange specimens of the aforementioned documents at the time of signature of this Agreement, and to keep each other informed concerning any modification with respect to said documents, within a period of not more than thirty (30) calendar days starting from the entry into force of the internal rule establishing the modification.

Article 4

The national identity document that was used upon entry shall be recognized by the authorities of each Party for all migration, civil and administrative purposes.

Article 5

The nationals referred to in Article 2 of this Agreement may enter and exit the territory of the other State at any border point open to international transit of passengers, excluding transit toward third countries which should be conducted in keeping with applicable international rules. Accordingly, it is understood that the facilities granted through this Agreement shall be exercised solely and exclusively for travel within the national territory of the Parties.

Article 6

The facility introduced by this Agreement does not exempt nationals of the Parties from observing laws and regulations concerning entry into, stay in and exit from the territory of the receiving State by foreigners, particularly with regard to transit of minors.

Article 7

This Agreement does not authorize a national of one Party to exercise any paid or profit-making profession or occupation, to establish a residence in the territory of the other Party or to change immigration status in the territory of the other Party.

Article 8

Immigration officials of both countries, at the time of entry immigration control, shall determine the immigration status being used by a national of the other Party in order to admit said national for purposes of tourism or business.

Article 9

The baggage carried by persons in transit under this Agreement shall, as to the quantity and details of the items constituting it, be subject to the legal provisions in force in each Party.

Article 10

The competent authorities of each Party reserve the right to deny entry, and to return to their country of origin, those persons who do not meet legal requirements or who are prohibited from leaving the national territory of each Party, in accordance with legal provisions in force.

Article 11

The competent authorities of the two Parties shall promptly inform each other through diplomatic channels of any change in the respective laws and regulations on entry, stay and exit of foreigners from the territories of their respective States.

Article 12

The competent authorities of the two Parties shall meet at the request of either Party in order to evaluate the implementation of this Agreement, as well as to propose changes that may be required in its implementation.

Article 13

Each Party may suspend the application of this Agreement, in whole or in part, for reasons of national security, public order or public health. The adoption of said measure must promptly be made known to the other Party by diplomatic channels.

Article 14

This Agreement shall enter into force thirty (30) days from the date on which the Parties mutually inform each other of the fulfilment of the domestic legal requirements necessary for its entry into force.

1. This Agreement shall remain in force for an indefinite time and may be amended by a mutual understanding between the Parties. Amendments shall enter into force as provided by the foregoing paragraph.

2. Either Party may terminate this Agreement by diplomatic channels. In that event, its effects shall cease ninety (90) days after receipt of the notice of termination.

SIGNED in Lima on 10 February 2004, in duplicate in Portuguese and Spanish, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM
Minister of Foreign Affairs of Brazil

For the Government of the Republic of Peru:

MANUEL RODRIGUEZ CUADROS
Minister of Foreign Affairs of Peru

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU RELATIF AUX INSTALLATIONS POUR L'ENTRÉE ET LE TRANSIT DE LEURS RESSORTISSANTS À TRAVERS LEURS TERRITOIRES RESPECTIFS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

et

Le Gouvernement de la République du Pérou (ci-après dénommés « les Parties »),

Animés par la volonté d'approfondir encore davantage les liens traditionnels d'amitié entre leurs peuples,

Soulignant l'importance du tourisme en tant que facteur de développement économique et de création d'emploi,

Conscients de la nécessité de s'entendre sur un régime simplifié qui encourage et facilite la circulation des personnes, pour le tourisme ou les affaires, entre les territoires des deux pays, et selon lequel leurs ressortissants pourraient voyager en prouvant leur identité et leur nationalité avec leur document national d'identité respectif,

Prenant en considération la Déclaration commune des Présidents de la République fédérative du Brésil et de la République du Pérou signée lors de la visite d'État du Président de la République fédérative du Brésil au Pérou, les 24 et 25 août 2003,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Le transit des ressortissants des deux Parties, qui se déplacent entre leurs territoires respectifs, à des fins officielles, de tourisme ou pour affaires, sera régi par les règles et règlements stipulés dans le présent Accord.

Article 2

Les ressortissants de chacune des Parties peuvent entrer, transiter par et quitter le territoire de l'autre Partie en présentant leur document national d'identité valide et leur carte de circulation correspondante, sans visa.

1. Ils doivent également respecter les règles en matière de santé de la législation interne de chaque État.

2. Les facilités prévues par le présent Accord ne visent pas à décourager ou à empêcher l'utilisation du passeport comme document international de voyage lorsque le détenteur le souhaite ou lorsque ce dernier se trouve en transit vers un pays tiers.

3. Les ressortissants de chacune des Parties peuvent séjourner sur le territoire de l'autre Partie afin d'y mener des activités de tourisme ou d'affaires pour une période maximale de quatre-vingt-dix (90) jours, renouvelable une fois pour une autre période de quatre-vingt-dix (90) jours, pendant une période d'un an.

Article 3

Les documents nationaux d'identité visés à l'article précédent sont les suivants :

1. Pour la République fédérative du Brésil :

- Carte d'identité délivrée par chaque État de la Fédération, ayant une validité nationale;

Pour la République du Pérou :

- Document national d'identité (DNI) en vigueur.

2. Les Parties conviennent d'échanger des modèles des documents mentionnés ci-dessus au moment de la signature du présent Accord, et de se tenir mutuellement informées de toute modification apportée à ces documents dans un délai maximal de trente (30) jours civils, comptés à partir de l'entrée en vigueur de la loi qui prévoit ladite modification.

Article 4

Le document national d'identité utilisé lors de l'entrée sur le territoire sera accepté par les autorités de chacune des Parties aux fins de toutes les démarches en matière d'immigration, civiles et administratives.

Article 5

Les ressortissants visés à l'article 2 du présent Accord peuvent entrer et sortir du territoire de l'autre État par n'importe lequel des postes frontaliers ouverts au transit international de passagers, à l'exclusion du transit vers des pays tiers qui doit avoir lieu conformément aux règles internationales applicables. Sur la base de ce qui précède, il est entendu que les facilités accordées par le présent Accord ne peuvent s'appliquer que pour les déplacements sur le territoire national de l'une ou l'autre des Parties.

Article 6

La facilité octroyée par le présent Accord n'exempte pas les ressortissants des deux Parties de se conformer aux lois et aux règlements relatifs à l'entrée, au séjour et au départ des étrangers du territoire de l'État d'accueil, notamment en ce qui concerne le transit de mineurs.

Article 7

Le présent Accord n'autorise pas un ressortissant de l'une des Parties à exercer une activité, une profession ou une occupation rémunérée ou à caractère lucratif, à établir sa résidence sur le territoire de l'autre Partie ou à modifier son statut d'immigration sur le territoire de l'autre Partie.

Article 8

Les autorités migratoires des deux Parties, au moment du contrôle migratoire d'entrée, doivent établir le statut migratoire accordé au ressortissant de l'autre Partie, afin d'accepter son entrée à des fins de tourisme ou d'affaires.

Article 9

Les bagages transportés par les personnes se déplaçant en vertu du présent Accord, pour ce qui est de la quantité et du détail des articles transportés, sont soumis aux dispositions juridiques en vigueur dans chacune des Parties.

Article 10

Les autorités compétentes de chacune des Parties se réservent le droit de refuser l'entrée et de retourner dans son pays d'origine toute personne qui enfreint la loi, ou qui n'est pas autorisée à quitter le territoire national de chacune des Parties, conformément aux dispositions de la législation en vigueur.

Article 11

Les autorités compétentes des deux Parties s'informent mutuellement, par la voie diplomatique et le plus rapidement possible, des modifications apportées à leurs lois et règlements respectifs sur le régime d'entrée, de séjour et de départ des étrangers en provenance des territoires de leurs États respectifs.

Article 12

Les autorités compétentes des deux Parties se réuniront à la demande de l'une ou l'autre d'entre elles pour évaluer la mise en œuvre du présent Accord et proposer, le cas échéant, des modifications pouvant être nécessaires à son application.

Article 13

Chacune des Parties peut suspendre, en tout ou en partie, l'application du présent Accord pour des raisons de sécurité nationale, d'ordre public ou de santé. L'adoption d'une

telle mesure doit être notifiée à l'autre Partie par la voie diplomatique, le plus rapidement possible.

Article 14

Le présent Accord entre en vigueur trente (30) jours à compter de la date à laquelle les Parties s'informent mutuellement de l'accomplissement des formalités prévues par leur législation interne nécessaires à l'entrée en vigueur du présent Accord.

1. Le présent Accord est conclu pour une durée indéterminée et peut être amendé avec le consentement mutuel des Parties. Les modifications entrent en vigueur conformément aux dispositions du paragraphe antérieur.

2. Chacune des Parties peut dénoncer le présent Accord par la voie diplomatique. Dans ce cas, l'Accord cesse de produire ses effets quatre-vingt-dix (90) jours après réception de la notification de dénonciation.

SIGNÉ à Lima, le 10 février 2004, en deux exemplaires en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

Ministre des affaires étrangères du Brésil

Pour le Gouvernement de la République du Pérou :

MANUEL RODRIGUEZ CUADROS

Ministre des affaires étrangères du Pérou